|  |  |
| --- | --- |
| **Processo nº:** | 912.046 |
| **Natureza:** | Auditoria |
| **Relator:** | Conselheiro Substituto Licurgo Mourão |
| **Jurisdicionado:** | Prefeitura Municipal de Itabira – MG |
| **Exercício:** | 2013 |
| **Responsáveis:** | Damon Lázaro de Sena - Prefeito Municipal  Paulo Henrique Gomes de Figueiredo - Secretário de Fazenda  Henrique Duarte Carvalho - Secretário de Administração/2012  Douglas Silva de Oliveira - Secretário de Administração/2013  Marilene Regina Souza Dias Lara - Chefe do Depto. de Finanças |
|  | Nilo Grisólia Rosa – Chefe do Departamento de Contratos/2012  Roberto Ferreira de Alencar - Chefe do Depto. de Contratos/2013  Elza de Carvalho Vicente – Chefe da Seção de Tesouraria  Gilberto Guerra Fontes – Responsável pelo Controle Interno |
|  |  |

**P A R E C E R**

**Excelentíssimo Senhor Conselheiro Substituto-Relator,**

1. **RELATÓRIO FÁTICO**

Versam os presentes autos sobre **Auditoria de Conformidade,** realizada na Prefeitura Municipal de Itabira – MG, com o objetivo de verificar o recebimento e a devida aplicação dos valores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, referentes ao período de janeiro a setembro de 2013.

No relatório técnico, às fls. 09/39, a equipe de auditoria apontou as seguintes ocorrências, compactadas à fl.36:

1. Os recursos da CFEM são recebidos em conta específica do Banco do Brasil e transferidos para contas da Caixa Econômica Federal, sendo a sua movimentação realizada em ambas, contrariando o art. 26 do Decreto nº 01/1991, que determina o pagamento da CFEM em contas específicas de titularidade dos beneficiários, no Banco do Brasil, conforme 2.1.1 deste Relatório;
2. Gastos com salários indiretos no montante de R$ 5.282.106,26 (PTA’s 01 e 06) e pagamento de salários de servidores enquadrados na Parte Especial do Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme o inciso I do art. 64 da Lei n. 4.061/2007, somando um total de R$ 10.495.034,34 (PTA’s 02 e 07), contrariando o Decreto 01/1991, conforme discriminadas no item 2.2.1.
3. Pagamento de dívidas da empresa pública ITAURB, no montante de R$ 5.000.000,00, em desacordo dom o Decreto 01/1991, conforme discriminadas no item 2.2.1.
4. Gastos com recursos em despesas correntes, festividades, sepultamento e manutenção de velório, despesas com serviços terceirizados contínuos de locação de veículos etc., ou seja, naquelas que não são finalidades e propósito da criação da CFEM, no montante R$ 3.536.242,75 conforme PTA’s 03, 04, 08 e 09, contrariando as orientações preconizadas na Instrução Normativa n. 6 de 09/06/2000 do DNPM e nos incisos I a V do art. 1º da Resolução CONAMA n. 001/1986, conforme discriminadas no item 2.3.1.

Conforme despacho de fl. 42, o Relator determinou a **citação** do Prefeito Municipal de Itabira – MG, **Sr. Damon Lázaro de Sena**; do Secretário Municipal de Fazenda, **Sr. Paulo Henrique Gomes de Figueiredo**; dos Secretários Municipais de Administração, **Sr. Henrique Duarte Carvalho** (exercício de 2012) e **Sr. Douglas Silva de Oliveira (**exercício de 2013); do Procurador Jurídico, **Sr. Milton Fernando da Costa Val**; da Chefe do Departamento de Finanças, **Srª Marilene Regina Souza Dias Lara**; dos Chefes do Departamento de Contratos, **Sr. Nilo Grisólia Rosa** (exercício 2012) e **Sr. Roberto Ferreira de Alencar** (exercício de 2013) e da Chefe da Seção de Tesouraria, **Srª Elza de Carvalho Vicente**, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentassem defesa.

O Relator determinou, no mesmo despacho, a **intimação** do responsável pelo Sistema de Controle Interno do Município, **Sr. Gilberto Guerra Fontes**, para que, no mesmo prazo, tomasse ciência e se manifestasse sobre os achados de auditoria.

Devidamente citados e intimado, os responsáveis manifestaram-se às fls. 74/77, 80/103 e 646/651 e apresentaram documentação às fls. 111/645 e 652/661.

Após a análise da documentação apresentada, a Unidade Técnica, em reexame (fls. 664/699), constatou a ocorrência das inúmeras irregularidades apontadas no exame preliminar, envolvendo a aplicação dos recursos da CFEM.

Vieram os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação conclusiva.

É o relatório, no essencial.

1. **FUNDAMENTAÇÃO**

Busca-se o exame de legalidade do recebimento e da aplicação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no Município de Itabira – MG, no período de janeiro a setembro de 2013, a partir de auditoria de conformidade realizada no exercício de 2014.

A Magna Carta de 1988 assim preconiza:

**Art. 71.** O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

[...]

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

[...]

**IV – realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;**

[...]

**VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;**

[...]

**Art. 75.** As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

[...]

(grifo nosso).

Nessa senda, pelo princípio constitucional da simetria, a Constituição do Estado de Minas Gerais prescreve:

**Art. 76.** O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete:

[...]

**III – fixar a responsabilidade de quem tiver dado causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao Estado ou a entidade da administração indireta;**

[...]

**VII – realizar, por iniciativa própria, ou a pedido da Assembleia Legislativa ou de comissão sua, inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em órgão de qualquer dos Poderes e em entidade da administração indireta;**

[...]

**XIII – aplicar ao responsável, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, a sanção prevista em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;**

[...]

XVI – estabelecer prazo para que o órgão ou entidade tome as providências necessárias ao cumprimento da lei, se apurada ilegalidade;

XVII – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado e comunicar a decisão à Assembleia Legislativa;

XVIII – representar ao Poder competente sobre irregularidade ou abuso apurados;

[...]

(grifo nosso).

Sob este mesmo prisma, a Lei Complementar estadual nº 102/2008 confere as seguintes competências a esse Egrégio Tribunal de Contas:

**Art. 3º.** Compete ao Tribunal de Contas:

[...]

III – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos, de órgão de qualquer dos Poderes do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal;

**IV** - **fiscalizar os atos de gestão da receita e da despesa públicas, assim como os de que resulte nascimento ou extinção de direito ou obrigação, no que se refere aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;**

V - fixar a responsabilidade de quem tiver dado causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao Estado ou a Município;

[...]

**IX – realizar, por iniciativa própria ou a pedido da Assembleia Legislativa, de Câmara Municipal ou de comissão de qualquer dessas Casas, inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em unidade da administração direta ou indireta dos Poderes do Estado ou de Município;**

[...]

**XV - aplicar ao responsável, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em Lei;**

[...]

XVIII - estabelecer prazo para que o dirigente de órgão ou entidade tome as providências necessárias ao cumprimento da lei, se apurada ilegalidade;

XIX - sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado e comunicar a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal;

[...]

(grifo nosso).

No caso vertente, a auditoria específica realizada na **Prefeitura Municipal de Itabira – MG** objetivou o controle no recebimento e na aplicação das receitas previstas no **art. 20, § 1º, da Constituição da República de 1988**, na forma regulamentada pelas **Leis federais nºs 7.990/1989** e **8001/1990.**

O **art. 20, § 1º, da CR/88** tem o seguinte teor, *in verbis*:

**Art. 20.** [...]

§ 1º - **É assegurada, nos termos da lei**, aos Estados, ao Distrito Federal e **aos Municípios**, bem como a órgãos da administração direta da União, **participação no resultado da exploração de** petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros **recursos minerais no respectivo território**, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, **ou compensação financeira por essa exploração**. (grifo nosso).

Como se verifica, a Constituição da República de 1988 assegurou aos Municípios mineradores participação no resultado da exploração dos recursos minerais ocorrida no âmbito do respectivo território ou compensação financeira por essa atividade, sendo possível dizer que **os *royalties* da mineração constituem fonte de recursos para execução de políticas públicas compensatórias em relação aos impactos ambientais, sociais e econômicos advindos da exploração mineral**.

Trata-se de uma prestação pecuniária compulsória, devida por todas as empresas que realizam o aproveitamento de uma jazida mineral (bem da União), garantida àquelas em contrapartida a propriedade do produto da lavra.

Na atual legislação, é prevista a compensação financeira por essa exploração de um percentual sobre o faturamento líquido resultante da venda do minério de ferro, sendo tal receita recolhida aos cofres federais (recursos originalmente pertencentes à União) e posteriormente distribuída aos Estados e Municípios por meio de transferências intergovernamentais.

Do mesmo modo se procede em relação ao recebimento e à contabilização da cota parte dos Municípios nos *royalties* da exploração mineral dos Estados.

Assim dispõe a legislação de regência da matéria:

**Lei federal nº 7.990/1989**

**Art. 6º.** A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de **até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral**, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial. (grifo nosso).

**Art. 9º. Os Estados transferirão aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) da parcela da compensação financeira que lhes é atribuída** pelos arts. 2º, § 1º, 6º, § 3º e 7º desta Lei, mediante observância dos mesmos critérios de distribuição de recursos, estabelecidos em decorrência do disposto no art. 158, inciso IV e respectivo parágrafo único da Constituição, e dos mesmos prazos fixados para a entrega desses recursos, contados a partir do recebimento da compensação. (grifo nosso).

**Lei federal nº 8001/1990**

**Art. 2º.** Para efeito do cálculo de compensação financeira de que trata o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, entende-se por faturamento líquido o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguros.

§1º O percentual da compensação, de acordo com as classes de substâncias minerais, será de:

[...]

II - **ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias minerais: 2% (dois por cento)**, ressalvado o disposto no inciso IV deste artigo;

[...]

§ 2º **A distribuição da compensação financeira referida no *caput* deste artigo será feita da seguinte forma**:

I - **23% (vinte e três por cento) para os Estados e o Distrito Federal**;

II - **65% (sessenta e cinco por cento) para os Municípios**;

II-A. **2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT**, instituído pelo Decreto-Lei no 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei no 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral;

III - **10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem integralmente repassados ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM**, que destinará 2% (dois por cento) desta cota-parte à proteção mineral em regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama.

[...] (grifo nosso).

Considerando a análise técnica dos itens relevantes juridicamente, sob o aspecto normativo-fiscalizatório dessa Egrégia Corte de Contas, em consonância com as Constituições e as Leis, vislumbra-se que a Unidade Técnica, em reexame(fl. 664/669) **apurou as seguintes irregularidades:**

1. Da responsabilidade do **Sr. Henrique Duarte Carvalho** (Secretário Municipal de Administração) e do **Sr. Nilo Grisólia Rosa (**Chefe do Departamento de Contratos), referentes aoexercício 2012.

A Unidade Técnica constatou, na inscrição em Restos a Pagar referentes ao exercício de 2012 pagas em 2013, despesas de responsabilidade dos interessados (fl. 695), no montante de **R$ 337.846,59**, **que não se relacionam com a finalidade dos recursos da CFEM,** que deveriam ser destinadas para a execução de políticas públicas compensatórias em relação aos impactos ambientais, sociais e econômicos advindos da exploração mineral.

Analisando as alegações da defesa (fls. 74/77), a Unidade Técnica entendeu que não procedem as justificativas apresentadas, tendo em vista que os recursos da CFEM eram utilizados livremente, **sem vinculação a planos que promovessem o desenvolvimento sustentável do Município**.

Assim, apurou-se a realização de despesas irregulares, no exercício de 2012, no valor de **R$ 276.501,28**, de responsabilidade do **Sr.** **Henrique Duarte Carvalho**, e de **R$ 61.345,31**, do **Sr.** **Nilo Grisólia Rosa** (fls. 665/668).

Verificou-se, também, que consta a assinatura do Secretário Municipal de Administração, **Sr. Henrique Duarte Carvalho** no **Contrato de Prestação de Serviços nº 212/2012**, bem como no **Primeiro Termo Aditivo** e na **Justificativa nº 28/2012,** para alterar o referido contrato, vigentes até 2013 (fls. 84/101 do Anexo 01), celebrados com a Construtora Vale Verde, cujo *objeto constituiu-se na prestação, de forma contínua, dos* ***serviços de veículos, com fornecimento de motoristas****, destinados ao transporte de pessoas, pequenas cargas e especiais, por meio de 55 veículos, para atender às necessidades da Prefeitura* (Cláusula Primeira).

Ressalta-se que as notas de empenho, os respectivos comprovantes das despesas e dos pagamentos do exercício de 2013 e dos Restos a Pagar de 2012 encontram-se no CD à fl. 03 do Anexo1.

1. Da responsabilidade do **Sr. Damon Lázaro de Sena** (Prefeito Municipal); do **Sr. Paulo Henrique Gomes de Figueiredo** (Secretário Municipal de Fazenda); do **Sr. Douglas Silva de Oliveira** (Secretário Municipal de Administração no exercício de 2013); da **Srª Marilene Regina Souza Dias Lara** (Chefe do Departamento de Finanças); do **Sr. Roberto Ferreira de Alencar** (Chefe do Departamento de Contratos no exercício de 2013) e da **Srª Elza de Carvalho Vicente** (Chefe da Seção de Tesouraria).
   1. - **Os Recursos da CFEM foram recebidos em conta específica, mas, posteriormente, foram transferidos, indevidamente, para outras contas, impossibilitando o controle da sua correta aplicação, necessário para prevenir fraudes, desvios, desperdícios e erros.**

A Unidade Técnica constatou que as transferências realizadas pelo Município das receitas da CFEM, para diversas contas bancárias, não favorece a operacionalidade das transações, bem como dificulta a fiscalização da aplicação dos recursos, além de não permitir a individualização e o controle das despesas relativas às finalidades da CFEM (fls. 668/672 e 696).

* 1. **- Os Recursos da CFEM foram utilizados para pagamento de salários indiretos, no valor de R$282.106,26, a servidores municipais, em desacordo com o disposto n*o caput* do art. 8º da Lei Federal 7.990/1989 e no Decreto Federal nº 01/1991.**

Em relação ao apontamento do relatório técnico preliminar, sobre a realização de despesas com **salários indiretos**, no valor de R$ 5.282.106,26 (conforme PTA’s 01e 06, fls. 4/5 e 13/14 do Anexo 01), no reexame foi excluído o valor de R$ 5.000.000,00, portratar-se de pagamentos de dívidas da empresa pública municipal ITAURB (680/681), analisados em outro item, e **ratificadas as irregularidades referentes ao pagamento indevido aos servidores municipais, no montante de R$ 282.106,26** (fls. 673/674 e 697).

As despesas ora analisadas, realizadas pelas secretarias municipais, contrariaram o disposto no ***caput*** **do** **art. 8º da Lei Federal nº 7.990/1989**, que **veda a utilização dos recursos da CFEM para o pagamento de pessoal e liquidação de dívidas**, nos seguintes termos:

**Art.** **8º.** O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado, mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou outro parâmetro de correção monetária que venha a substituí-lo, **vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal**.

§ 1º As vedações constantes do caput não se aplicam:

I - ao pagamento de dívidas para com a União e suas entidades;

II - ao custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública.

§ 2o Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência. (grifo nosso).

No mesmo sentido, o comando insculpido no **art. 26, parágrafo único, do Decreto Federal nº 01/1991,** *in verbis*:

**Art. 26.** O pagamento das compensações financeiras previstas neste decreto, inclusive dos royalties devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, será efetuado mensalmente, diretamente aos beneficiários, mediante depósito em contas específicas de titularidade dos mesmos no Banco do Brasil S.A., até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do fato gerador.

Parágrafo único. **É vedado, aos beneficiários das compensações financeiras de que trata este decreto, a aplicação das mesmas em pagamento de dívidas e no quadro permanente de pessoal**. (grifo nosso).

Note-se que os dispositivos acima mencionados **não permitem o uso dos recursos em análise no pagamento de salários diretos ou indiretos de servidores que integram a estrutura administrativa do ente federativo beneficiário da CFEM.**

Esse Tribunal já se pronunciou sobre o tema na Consulta nº 656.572, de relatoria do Conselheiro Sylo Costa, na Sessão Plenária do dia 25/9/2002, *in litteris*:

[...] **é vedado aos municípios a aplicação de recursos provenientes de royalties no quadro permanente de pessoal** e em pagamento de dívidas, exceto as da União e de suas entidades, e, ainda, para a capitalização de fundos de previdência. (grifo nosso).

A Consulta nº 747.270, apreciada na Sessão Plenária do dia 28/5/2008, de relatoria da Conselheira Adriene Andrade, também abordou a matéria nos seguintes termos:

[...] No esteio desta fiscalização municipal ou estadual, **vale lembrar que, mesmo depois de incorporados, aos respectivos Orçamentos, pelos Entes próprios, os recursos oriundos da compensação sob consulta não constituem receita livre, sendo vedada sua aplicação em pagamento de dívidas e no quadro permanente de pessoal**, excetuando-se apenas o adimplemento dos débitos com a União e com entidades ligadas a ela, também sendo excepcionalmente autorizada sua utilização para capitalização de fundos de previdência, nos termos do art. 8º da Lei n.º 7.990/89, e da normatização desta Corte, por meio da Consulta nº. 694.698, da Relatoria do Conselheiro Sylo Costa, aprovada por unanimidade na Sessão de 09/11/2005.

Afora tais condições específicas, para utilização de tais recursos, nunca é demais lembrar que, como quaisquer recursos originários, sua aplicação deve obedecer, irrestritamente aos preceitos da Lei n.º 4.320/64 e da Lei n.º 8.666/93. (grifo nosso).

No mesmo sentido, a resposta dada à Consulta nº 838.756, apreciada na Sessão Plenária do dia 14/9/2011, de relatoria do Conselheiro Cláudio Terrão, que tratou da correta aplicação de recursos provenientes de repasse da Secretaria do Tesouro Nacional aos Municípios, em razão do pagamento de *royalties* pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural, *in litteris*:

[...] A natureza jurídica dos *royalties*, nos termos da legislação vigente, seria de compensação financeira, tendo caráter indenizatório, pelo fato de o Estado ou o Município ter que suportar a exploração do subsolo em seu território e as consequências ambientais e sociais advindas dessa exploração.

É notório que a implantação de projetos de exploração de petróleo ocasiona não apenas impacto ambiental como também acarreta o aumento da população, gerando maior demanda em relação aos serviços públicos locais.

Nos termos do art. 11, do Decreto nº 2.705/98, "os *royalties* previstos no inciso II do art.45 da Lei nº 9.478, de 1997 constituem compensação financeira devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural [...]".

Conforme ensina Neilton Ferreira Macharete:

*[...] seja qual for o grupo de contas (classificação dada pela contabilidade pública) em que tal se encontre, a origem da obrigação (conceito jurídico) será sempre de recomposição, compensação, indenização por uma atividade exercida pelas concessionárias da União e que compulsoriamente é suportada pelo Estado e pelo Município (consequente aumento populacional da região, obrigando os poderes públicos estadual e municipal a ampliarem os serviços postos à disposição dos munícipes tendo como consequência o aumento das despesas) e que as concessionárias, não a União, têm que compensar (indenizar) através do pagamento dos chamados royalties, na forma e nos percentuais impostos em lei formal.*

**Num primeiro momento o legislador buscou criar não apenas mecanismos de apuração, arrecadação e distribuição dos *royalties*, como também estabelecer restrições quanto a sua utilização, criando aplicação específica ou vedando sua utilização em certos objetos. A norma tinha por finalidade destinar a aplicação dos recursos decorrentes dos *royalties* àquelas áreas merecedoras de maior atenção da Administração em razão da implantação do projeto de exploração**.

Nesse sentido era o que estabelecia o § 3º do art. 27 da Lei nº 2.004/53:

*§ 3º Ressalvados os recursos destinados ao Ministério da Marinha, os demais recursos previstos neste artigo serão aplicados pelos Estados, Territórios e Municípios, exclusivamente, em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico.*

Acompanhando o referido dispositivo, em 1991 o Governo Federal editou o Decreto nº 1 que, em seu art. 24, assentava:

*Art. 24. Os Estados e os Municípios deverão aplicar os recursos previstos neste Capítulo, exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico.*

**Em 1989, foi publicada a Lei nº 7.990 que inovou o ordenamento jurídico ao estabelecer, de forma expressa, no art. 8º, a vedação de aplicação dos *royalties* no pagamento de dívidas e no quadro de pessoal**.

Ao art. 8º da Lei nº 7.990/89 foram incluídos, pela Lei nº 10.195/01, os parágrafos primeiro e segundo, criando exceção à regra do *caput,* ao permitir a utilização dos *royalties* no pagamento de dívidas com a União e suas entidades, bem como sua aplicação para a capitalização de fundos de previdência.

Em 1997, houve nova mudança na legislação sobre o tema, com o advento da Lei nº 9.478. A referida norma, ao revogar a Lei nº 2.004/53, derrogou o art. 7º da Lei nº 7.525/86, bem como retirou os efeitos do art. 24 do Decreto nº 1/91.

Dessa forma, **na atualidade, as restrições à aplicação das compensações financeiras decorrentes do pagamento dos *royalties*, a partir da edição da Lei nº 9.478/97, restringem-se àquelas dispostas no art. 8º da Lei nº 7.990/89, ou seja, ao pagamento de dívidas e quadro permanente de pessoal**, ressalvadas as exceções previstas nos parágrafos do referido artigo.

A mudança na legislação conferiu maior liberdade aos administradores relativamente ao direcionamento e aplicação das verbas originárias da indenização paga pela exploração e produção de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, a fim de que tais recursos sejam utilizados para a persecução do interesse público, independente da área em que serão aplicados.(grifo nosso).

Pelo exposto, a expressa vedação contida na parte final do *caput* do **art. 8º da Lei Federal nº 7.990/1989** e no **art. 26, parágrafo único, do Decreto Federal nº 01/1991** **impõe o reconhecimento da irregularidade apontada nos autos,** relativos aos pagamentos indevidos aos servidores municipais (vale transportes, refeições, PASEP), no valor de **R$ 282.106,26**.

Segundo o relatório técnico, consta à fl. 137 o **Ofício n.º 0762/SMF/DF/ST**, de 15/07/2014, no qual a Prefeitura solicita ao Banco do Brasil a transferência da conta de ICMS para a conta dos Royalties, do valor de **R$ 5.282.106,26,** referente ao cheque nº 850.143, com a finalidade de regularização da aplicação dos recursos da CFEM, bem como apresenta à fl. 606 o comprovante do depósito.

Porém, **não considerou sanada a irregularidade apontada**, posto **que não foi anexada a documentação comprovando a transferência solicitada** no referido ofício, como os extratos das duas contas bancárias, para a certificação do recurso que a Prefeitura utilizou para recompor o saldo da conta específica da CFEM, bem como a cópia do cheque nº 850.143 (fl.674).

* 1. **- Os Recursos da CFEM foram utilizados para quitar dívidas da empresa pública municipal, ITAURB, no valor de R$ 5.000.000,00, em desacordo com o disposto no *caput* do art. 8º da Lei federal 7.990/1989 e no Decreto federal nº 01/1991.**

Cabe informar que a **Empresa de Desenvolvimento de Itabira Ltda – ITAURB** é uma empresa pública, constituída pelo Município por meio da Lei nº 2.308/1985, dotada de personalidade de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, com a competência de elaborar estudos e projetos relacionados ao desenvolvimento urbano de Itabira, explorar pedreiras, depósitos de areia e materiais similares, executar serviços de terraplenagem e de transporte, limpeza pública e coleta e aproveitamento do lixo, dentre outras. (fls. 62/71 do Anexo1).

Ressalta-se que, no reexame, a Unidade Técnica verificou que a Lei federal citada, embora vede no *caput* do art. 8º a aplicação dos recursos da CFEM em pagamentos de dívida e de pessoal, **excepciona a utilização desses no pagamento de dívidas com a União e suas entidades (art. 8º, §1º, inciso I).**

Assim, apurou-se que, do valor dos gastos com dívidas da ITAURB, somente R$ 3.346.438,53 se enquadram nas exceções previstas na Lei federal nº 7.990/1989 (fls. 680/681 e 698).

Dessa forma, **restaram irregulares** **R$ 1.653.561,47,** referentes aos pagamentos efetuados pela ITAURB, posto que serviram para quitação de dívida oriunda de processo judicial trabalhista, como verbas laborais e honorários de sucumbência.

Ressalta-se que consta nos autos a cópia do **Ofício nº** **0763/SMF/DF/ST** (fl. 605), por meio do qual a Prefeitura Municipal de Itabira solicitou ao Banco do Brasil a transferência do valor de **R$ 1.653.561,47**, da conta do ICMS para a dos Royalties, conforme cheque nº 850.144, bem como foi apresentada a cópia do comprovante de depósito (fl. 138).

Porém, a **Unidade Técnica não considerou sanada a irregularidade**, tendo em vista a falta da apresentação, pela defesa, das cópias do cheque nº 850.144 e dos extratos das contas utilizadas para a regularização do saldo bancário da conta específica da CFEM (fl.698).

* 1. **– Os Recursos da CFEM foram utilizados para pagamento de salários, no valor de R$ 10.495.037,34, dos servidores enquadrados na parte especial do Quadro de Pessoal da Prefeitura, em desacordo com o disposto do *caput* do art. 8º da Lei federal 7.990/1989 e no art. 26, parágrafo único, do Decreto federal nº 01/1991.**

O exame técnico apurou (fls. 674/679 e 697/698) que o Município de Itabira realizou pagamentos para a ITAURB, referentes à prestação de serviços de limpeza, entretanto, verificou que a mão-de-obra da empresa é constituída por servidores municipais enquadrados no Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal, conforme dispõe o inciso I do art. 64 e Anexo V da Lei municipal nº 4.061/2007(fls. 74/76 do anexo I).

Embora constatada a vedação expressa na **Lei federal nº 7.990/1989, *caput* do art. 8º**, e no **Decreto federal nº 01/1991, no art. 26, parágrafo único**, o Município aplicou os recursos de compensação financeira em despesas irregulares, no montante de **R$ 10.495.037,34**, por meio do Contrato nº 289/2011, referente à prestação de serviços firmado com a Prefeitura e a ITAURB (comprovantes dispostos no Anexo I, no CD à fl. 03 e nos PTA’s 02 e 07, fls. 06/07 e 15/17)

* 1. - **Gastos dos recursos da CFEM em despesas correntes, festividades, sepultamento e manutenção de velório, despesas com serviços terceirizados contínuos de locação de veículos e outros, no valor de R$ R$ 3.557.335,97.**

Frise-se que a natureza jurídica dos *royalties* baseia-se na compensação financeira de caráter indenizatório para o Estado ou Municípios, para suportar a exploração do subsolo em seu território e as consequências ambientais, como já mencionado nesse relatório ao retratar a Consulta TCEMG 838.756.

Assim, a Unidade Técnica verificou que os recursos da CFEM foram utilizados livremente, sem vinculação a planos que promovessem o desenvolvimento sustentável do Município, como **festividades, sepultamentos e velórios** (conforme PTA’s 03 e 08, fls. 8/10 e 18/22), no montante de **R$2.427.059,35**, bem como a contratação de **locação de veículos com motorista** (PTA’s 04 e 09, fls. 11/12 e 23/24 do Anexo 01), na importância **de R$ 1.130.276,62,** totalizando o valor de **R$ 3.557.335,97**, com despesas irregulares, posto que não condizem com a finalidade da CFEM (fls. 682/691 e 698).

Ressalta-se que a aplicação dos recursos da CFEM na contratação de veículos e motoristas fere os comandos legais, dentre outros, o preconizado no **§2º do art. 14 do Decreto Federal nº 01/1991**, senão vejamos:

**Decreto Federal nº 01/1991**

**Art. 14.** Para efeito do disposto no artigo anterior, considera-se:

I - atividade de exploração de recursos minerais, a retirada de substâncias minerais da jazida, mina, salina ou outro depósito mineral para fins de aproveitamento econômico;

II - faturamento líquido, o total das receitas de vendas excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguro;

III - processo de beneficiamento, aquele realizado por fragmentação, pulverização, classificação, concentração, separação magnética, flotação, homogeneização, aglomeração ou aglutinação, briquetagem, nodulação, sinterização, pelotização, ativação, coqueificação, calcinação, desaguamento, inclusive secagem, desidratação, filtragem, levigação, bem como qualquer outro processo de beneficiamento, ainda que exija adição ou retirada de outras substâncias, desde que não resulte na descaracterização mineralógica das substâncias minerais processadas ou que não impliquem na sua inclusão no campo de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

§ 1º No caso de substância mineral consumida, transformada ou utilizada pelo próprio titular dos direitos minerários ou remetida a outro estabelecimento do mesmo titular, será considerado faturamento líquido o valor de consumo na ocorrência do fato gerador definido no art. 15 deste decreto.

§ 2º **As despesas de transporte compreendem as pagas ou incorridas pelo titular do direito minerário com a substância mineral.** (grifo nosso).

Conclui-se, assim, que o custo com transporte é aquele incidente e destacado no preço de venda do produto mineral. Além disso, é necessário que as empresas mineradoras efetuem o pagamento da compensação financeira, mensalmente, em contas específicas dos beneficiários, nos termos da legislação de regência. Por conseguinte, deve ser reconhecida a negligência na adoção de medidas por parte do gestor responsável para a defesa dos interesses da arrecadação municipal, impondo-se a aplicação de advertência nesse sentido.

A Instrução Normativa nº 06/2000 do DNPM, cuja legalidade foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça (RESP 756.530/DF), aponta para a necessidade de se utilizar parte da CFEM no desenvolvimento sustentável e no suporte ao desenvolvimento de outras atividades econômicas, trazendo benefícios para as gerações futuras, em razão do caráter finito das reservas minerais e da inexorável exaustão de seu aproveitamento.

Senão vejamos:

**Instrução Normativa nº 06/2000 - DNPM**

[...] que a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, é um preço público devido por todas as empresas que realizam o aproveitamento de uma jazida mineral, bem da União, garantida a estas a propriedade do produto da lavra;

[...]

que o desenvolvimento sustentável impõe critérios de avaliação do setor mineral que transcendem à mera contabilidade econômica dos fluxos de oferta e demanda de bens minerais, especialmente no tocante a **geração de benefícios permanentes ou de longo prazo, que atendam, inclusive, a responsabilidade pelo bem-estar das gerações futuras**;

[...]

que **o caráter finito das reservas minerais e a inexorável exaustão decorrente de seu aproveitamento apontam para necessidade de usar parte da CFEM gerada, no suporte ao desenvolvimento de outras atividades econômicas**;

[...]

que **esse reinvestimento é mais premente nos municípios onde se situam as minas, pois estes, em algum momento, arcarão com as consequências do fim da atividade**;

[...]

que **o padrão de consumo e de bem-estar exigido pela sociedade moderna impõe o aproveitamento dos recursos minerais e que esse aproveitamento tem um custo e que a CFEM é parte desse custo e deve ser internalizada pela sociedade** [...] (grifo nosso).

Além disso, o princípio da eficiência introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/98 (art. 37, *caput*, da CR/88) impõe a todo agente público o dever de alcançar resultados positivos no desenvolvimento das atividades administrativas, orientados para o satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

De acordo com a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

[...] o princípio da eficiência não parece ser mais do que uma faceta de um princípio mais amplo já superiormente tratado, de há muito, no Direito italiano: o princípio da “boa administração”. Este último significa, como resulta das lições de Guido Falzone, em **desenvolver a atividade administrativa “do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto”**. Tal dever, como assinala Falzone, “não se põe simplesmente como um dever ético ou como mera aspiração deontológica, senão como um dever atual e estritamente jurídico”. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 125-126). (grifo nosso).

Sobre a questão, vale transcrever o seguinte trecho da decisão prolatada por esse Tribunal, na Sessão Plenária do dia 19/6/2013, ao apreciar os autos do Processo nº 886.510, Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, referente ao exercício de 2012, de relatoria do Conselheiro Mauri Torres, *in litteris*:

[...] Vale salientar que toda essa preocupação com a adequada contabilização e controle das receitas e despesas ligadas à CFEM se justifica pela própria essência da CFEM, que, conforme bem ressaltado pela equipe técnica da CAMGE, tem caráter compensatório e não apenas arrecadatório. **De nada aproveita às regiões que sofrem os impactos perversos da mineração, nem ao Estado como um todo, o esforço empreendido para aumentar o volume de recursos arrecadados a título de CFEM, se a sua destinação for desviada de seus objetivos prioritários, dentre os quais os de promover a diversificação da economia para viabilizar a continuidade do desenvolvimento socioeconômico dos Municípios mineradores e de garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**, conforme diretrizes estampadas nos arts. 252 e 253 da Constituição Mineira de 1989.

Nessa esteira, os consultores do IPEAD/UFMG elaboraram sugestões de ações e instrumentos a serem implementados pelo governo estadual com o escopo de contribuir para *“a estruturação de um modelo alternativo de exploração mineral, e que seja capaz de ser inclusivo social, ambientalmente sustentável e economicamente viável, levando ao desenvolvimento sustentável regional”*, consignadas na conclusão do Produto 3, anexo ao relatório técnico inicial da CAMGE. (grifo nosso).

Pelo exposto, a expressa vedação contida na parte final do *caput* do **art. 8º da Lei federal nº 7.990/1989** e no **art. 26, parágrafo único, do Decreto federal nº 01/1991** **impõe o reconhecimento das irregularidades apontadas nos autos,** no montante de **R$ 3.557.335,97,** com despesas não afetas com a finalidade da CFEM, tendo em vista que elas não se reverteram em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infraestrutura, ou na qualidade ambiental, da saúde e educação, conforme preconiza o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, em suas orientações sobre a CFEM.

Verifica-se, por meio da cópia do **Ofício 0766/SMF/DF/ST** (fl.608), que a Prefeitura Municipal de Itabira solicitou ao Banco do Brasil a transferência do valor de **R$ 1.416.593,12** da conta do ICMS para a dos Royalties, referentes ao cheque nº 850.145 e apresentou a cópia do comprovante de depósito à fl. 609.

Por fim, quanto às transferências para a conta corrente nº 73.240-0, específica dos Royalties, no Banco do Brasil, nos valores de **R$ 5.282.106,26** (fls. 137 e 606), de **R$ 1.653.561,47** (fls. 138 e 605) e de **R$ 1.416.593,12** (fls. 608 e 609), devem ser comprovadas pelo Gestor Municipal, mediante apresentação das cópias dos cheques e dos extratos bancários das contas correntes utilizadas.

1. Da responsabilidade do **Sr. Milton Fernando da Costa Val,** Procurador Jurídico

Quanto às responsabilidades imputadas pela equipe de Auditoria ao **Procurador Jurídico do Município, Sr. Milton Fernando Costa Val**, referentes à emissão de parecer favorável à contratação da Construtora Vale Verde Ltda., o defendente informou que se manifestou em caráter vinculativo, estritamente aos requisitos contidos na **Lei federal nº 8.666/1993** e que aprovou somente três pareceres, no exercício de 2013, anexados a sua defesa (fls. 647/660).

Alegou, ainda, que nenhum questionamento sobre a legalidade da aplicação dos recursos da CFEM foi encaminhado à Procuradoria, que se limitou à análise da contratação sob a luz da Lei nº 8.6666/1993.

No reexame, a Unidade Técnica considerou pertinente a manifestação do **Sr. Milton Fernando Costa Val**, **Procurador Jurídico do Município**, no caso de uso da compensação financeira, no exercício de 2013, em despesas correntes com locação de veículos (fls. 691/694).

Assim, tendo em vista que a finalidade da Auditoria realizada no Município de Itabira foi verificar o recebimento e a devida aplicação dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, entendemos **não ser da responsabilidade do Procurador do Município** a emissão dos Pareceres Jurídicos favoráveis às contratações da Construtora Vale Verde Ltda.

1. Da responsabilidade do **Sr. Gilberto Guerra Fontes,** Controlador Interno do Município

A Magna Carta de 1988 assim preconiza:

Art. 70. A **fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial** da União e das entidades da administração direta e indireta, **quanto à legalidade, legitimidade, economicidade**, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e **pelo sistema de controle interno de cada Poder**. (grifos nossos)

Frise-se que a Constituição da República, ao prescrever a criação e manutenção obrigatória de um sistema integrado de controle interno, quis alcançar de forma ampla toda a organização de gerência pública, a implementação de um sistema que englobasse o conjunto integrado de todos os controles, fossem financeiros, gerenciais, administrativos e operacionais.

Verifica-se que o Controle Interno na Administração Pública, em outras palavras, compõe-se de procedimentos administrativos, constitucionalmente previsto, de **natureza financeira, contábil e orçamentária**, exercido por órgão posicionado dentro da própria estrutura da Administração, indissociável desta, **impondo ao gestor público a necessária visualização de todos seus atos administrativos com boa margem de segurança,** de acordo com as peculiaridades de cada órgão ou entidade, com a finalidade de prevenção, identificação e rápida correção de irregularidades ou ilegalidades, capazes de garantir o cumprimento dos planos, metas e orçamentos preconcebidos.

A Constituição da República determina:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno com a finalidade de**:

II - **comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial** nos órgãos e entidades da administração federal, bem como na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado

§1º. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência aio Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Dessa forma, observa-se que o **Sistema de Controle Interno do Município de Itabira**, em relação aos recursos recebidos da CFEM, não é eficiente nem eficaz, tendo em vista os gastos incompatíveis com a sua finalidade, bem como às transferências da conta específica para outras contas, não observando ao disposto no **art. 74, II, da Constituição da República**, bem como na Cartilha sobre Orientações do Controle Interno do TCEMG, no sentido de buscar o equilíbrio das contas públicas e a correta aplicação dos recursos.

Pelo exposto, tendo em vistas as irregularidades apresentadas nesse relatório, este *Parquet* de Contas entende que toda atividade administrativa encontra-se vinculada ao princípio da legalidade, base do Estado de Direito e garantia do cidadão, que obriga os agentes públicos a agirem fielmente conforme determinação legal.

Sobre o princípio da legalidade, eis a lição de José dos Santos Carvalho Filho, *in litteris*:

O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que **toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita**.

Tal postulado, consagrado após séculos de evolução política, **tem por origem mais próxima a criação do *Estado de Direito*, ou seja, do Estado que deve respeitar as próprias leis que edita**. (grifo nosso). (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 19-20).

**A utilização dos recursos advindos da exploração mineral para determinado fim, vedado pela lei que os instituiu, configurou desvio de finalidade na sua aplicação e desatendimento ao interesse público.**

Nos dizeres de Celso Antônio Bandeira de Mello:

Em rigor, o princípio da finalidade não é uma decorrência do princípio da legalidade. É mais que isto: é uma inerência dele; está nele contido, pois **corresponde à aplicação da lei tal qual é; ou seja, na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada**. Por isso se pode dizer que tomar uma lei como suporte para a prática de ato desconforme com sua finalidade não é aplicar a lei; é desvirtuá-la; é burlar a lei sob pretexto de cumpri-la. Daí por que os atos incursos neste vício – denominado **“desvio de poder” ou “desvio de finalidade”** – são *nulos*. **Quem desatende ao fim legal desatende à *própria lei***. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 109). (grifo nosso).

No mesmo sentido, Diogenes Gasparini explica que o administrador deve cumprir a finalidade pública definida pela lei, *in litteris*:

**O afastamento da Administração Pública da finalidade de interesse público denomina-se *desvio de finalidade***. O desvio de finalidade pode ser *genérico* ou *específico*. Diz-se genérico quando o ato simplesmente deixa de atender ao interesse público, [...]. Diz-se específico quando o ato desatende a finalidade indicada na lei [...]. O ato portador desse vício é nulo, independentemente de outras sanções, quando cabíveis. (GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 14/15) (grifo nosso).

Consoante a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

**Não se pode deixar de fora a relação que a finalidade da conduta administrativa tem com a lei**. “*Uma atividade e um fim supõem uma norma que lhes estabeleça, entre ambos o nexo necessário*”, na feliz síntese de CIRNE LIMA. Como a lei em si mesma deve respeitar a isonomia, porque isso a Constituição a obriga (art. 5º, *caput* e inciso I), a função administrativa nela baseada também deverá fazê-lo, sob pena de cometer-se ***desvio de finalidade*, que ocorre quando o administrador se afasta do escopo que lhe deve nortear o comportamento – o interesse público**. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 21) (grifo nosso).

Além do mais, a aplicação dos recursos da CFEM, **sem observância das normas legais**, caracterizou ato de improbidade administrativa que causou perda patrimonial e prejuízo ao erário, em decorrência de conduta comissiva específica dos agentes responsáveis.

De acordo com o **art. 10, inciso IX, da Lei Federal nº 8.429/1992**:

**Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário** qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

**IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento**; [...] (grifo nosso).

A falta de um plano de ação no Município de Itabira – MG, além da livre utilização dos recursos da CFEM nas necessidades imediatas da Administração, acabaram por levar ao desatendimento do interesse público no período auditado pelo Tribunal, não tendo sido auferidos resultados compensatórios econômicos, sociais e ambientais.

Portanto, é importante que o gestor responsável seja advertido para que passe a observar os princípios da eficiência e do interesse público no desenrolar de suas atividades, direcionando os recursos da compensação financeira para ações relacionadas à recuperação do solo e do subsolo, infraestrutura, saúde, educação, diversificação da base produtiva e melhoria do meio ambiente, alcançando o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, este Órgão Ministerial entende que o presente feito encontra-se maduro para julgamento, devendo, sobretudo, essa Corte de Contas buscar a concretude do caráter pedagógico-preventivo inerente às penas, aplicando-se aos responsáveis as sanções e as recomendações cabíveis à espécie.

1. **CONCLUSÃO**

*Ex positis,* o Ministério Público de Contas **OPINA**, nos autos da presente **AUDITORIA**, que seja(m):

1. julgada **IRREGULAR** a aplicação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, no Município de Itabira – MG, no período de janeiro a setembro de 2013 e aos valores inscritos em restos a pagar de 2012 e pagos em 2013, uma vez que parte da receita recebida foi utilizada para pagamento de salários indiretos de servidores do quadro permanente, no valor de **R$ 282.106,26** (duzentos e oitenta e dois mil, cento e seis reais e vinte e seis centavos); **R$10.495.037,34** (dez milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, trinta e sete reais e trinta e quatro centavos) para pagamento de salários de servidores do quadro permanente da Prefeitura; **R$ 1.653.561,47** (um milhão, seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos) com dívidas da ITAURB referentes a verbas laborais e honorários de sucumbência, descumprimento ao art. 8º, *caput*, da Lei Federal nº 7.990/1989 e art. 26, parágrafo único, do Decreto Federal nº 01/1991, bem como a realização de gastos no valor de **R$ 3.557.335,97** (três milhões, quinhentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos) com festividades, velórios, sepultamentos, contratação de veículos e motoristas.
2. por consequência, **APLICADA A SANÇÃO PECUNIÁRIA – pessoal e individualmente** – ao Prefeito do Município de Itabira– MG, **Sr. Sr. Damon Lázaro de Sena**; ao Secretário Municipal de Fazenda, **Sr. Paulo Henrique Gomes de Figueiredo**; ao Secretário Municipal de Administração, **Sr. Douglas Silva de Oliveira (**exercício de 2013); à Chefe do Departamento de Finanças, **Srª Marilene Regina Souza Dias Lara**; ao Chefe do Departamento de Contratos, **Sr. Roberto Ferreira de Alencar** (exercício de 2013); à Chefe da Seção de Tesouraria, **Srª Elza de Carvalho Vicente** e ao Controlador Interno do Município, **Sr. Gilberto Guerra Fontes**, como incurso no **art. 85, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**), pela prática de infração grave às normas legais, no valor de **R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, atendidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade nos termos do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais), c/c art. 320 da Resolução TCE nº 12/2008 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais);
3. por consequência, **APLICADA A SANÇÃO PECUNIÁRIA – pessoal e individualmente** – ao Secretário Municipal de Administração, **Sr. Henrique Duarte Carvalho** e ao Chefes do Departamento de Contratos, **Sr. Nilo Grisólia Rosa**, referentes aos restos a pagar doexercício 2012 e pagos em 2013, como incurso no **art. 85, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**), pela prática de infração grave às normas legais, no valor de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, atendidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade nos termos do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais), c/c art. 320 da Resolução TCE nº 12/2008 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais);
4. seja, ainda, expedida **DETERMINAÇÃO** ao Prefeito do Município de Itabira – MG, **Sr. Damon Lázaro de Sena**, para que, no prazo de **30 (trinta) dias**, proceda à **RECOMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DA CFEM, INDEVIDAMENTE APLICADOS**, de forma que haja a devida compensação com verbas integrantes do planejamento financeiro do próprio Município, realocando tal receita na conta corrente bancária específica destinada ao recebimento dos *royalties* da mineração;
5. diante do princípio da eventualidade, caso não comprovada a recomposição do saldo no prazo acima fixado, seja determinada, **em caráter sucessivo**, a condenação pessoal do Prefeito do Município de Itabira – MG, **Sr. Sr. Damon Lázaro de Sena**, ao **ressarcimento integral do dano ao erário**, ocasionado ao ente municipal, pela utilização dos recursos da CFEM na realização de despesas incompatíveis com a finalidade da CFEM , em flagrante desvio de finalidade, no valor total de **R$15.988.041,04** (quinze milhões, novecentos e oitenta e oito mil, quarenta e um reais e quatro centavos), acrescido das atualizações monetárias desde sua realização ilícita, conforme prova técnica que se infere dos autos;
6. seja **DECLARADA A INABILITAÇÃO** do **Sr. Damon Lázaro de Sena**, Prefeito do Município de Itabira- MG; do Secretário Municipal de Fazenda, **Sr. Paulo Henrique Gomes de Figueiredo**; dos Secretários Municipais de Administração, **Sr. Henrique Duarte Carvalho** (exercício de 2012) e **Sr. Douglas Silva de Oliveira** (exercício de 2013); da Chefe do Departamento de Finanças, **Srª Marilene Regina Souza Dias Lara**; dos Chefes do Departamento de Contratos, **Sr. Nilo Grisólia Rosa** (exercício 2012) e **Sr. Roberto Ferreira de Alencar** (exercício de 2013) e da Chefe da Seção de Tesouraria, **Srª Elza de Carvalho Vicente**, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança da administração pública estadual ou municipal, **pelo intervalo de tempo de 05 (cinco) anos**, dada à gravidade e reiteração das infrações legais na qualidade de agentes políticos, nos termos dos **artigos 83, inciso II e parágrafo único, c/c art. 92, todos da Lei Complementar Estadual nº 102/2008** (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais);
7. emanada **RECOMENDAÇÃO** ao Prefeito do Município de Itabira – MG, **Sr. Damon Lázaro de Sena**, em analogia ao **art. 275, inciso III, da Resolução TCE nº 12/2008** (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais), para que adote medidas de boa gestão pública, em especial:
8. passe a aplicar a receita proveniente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM em projetos e atividades que revertam em prol da comunidade local (diversificação da economia, melhoria de infraestrutura, qualidade ambiental, saúde e educação), de forma a atingir o desenvolvimento sustentável regional;
9. passe a controlar as aplicações ao longo dos anos, por meio do gerenciamento dos recursos oriundos da CFEM na conta bancária específica já existente ou mediante a criação de um fundo para a sua administração;
10. passe a acompanhar a correta arrecadação mensal da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM e do complemento de transporte devido pelas empresas mineradoras, nos termos do ordenamento jurídico vigente.

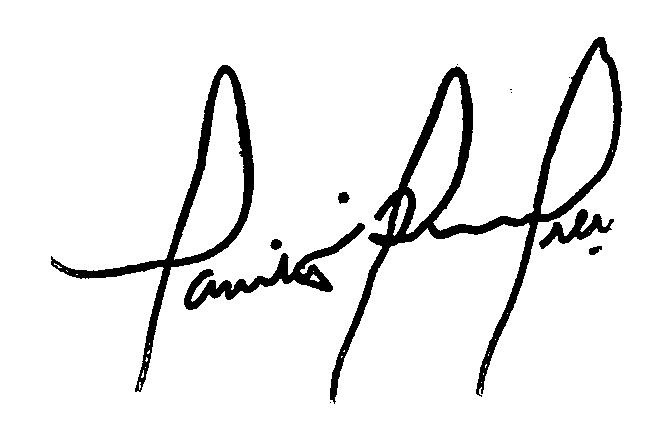
Por derradeiro, após o trânsito em julgado, devidamente intimados os jurisdicionados e decorrido o prazo legal sem pagamento espontâneo do valor devido, que seja passada certidão de débito e inscritos no cadastro de inadimplentes desse

Tribunal, com remessa *incontinenti* ao Ministério Público de Contas para as providências de praxe, nos termos do **art. 364, *caput*, c/c parágrafo único do mesmo édito, ambos da Resolução TCE nº 12/2008** (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais).

Sem prejuízo, recomendo desde já, a expedição de ofício com cópia da presente manifestação ministerial, nos termos dos apontamentos antepostos, ao Procurador Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, através da CAMP/MPC/MG, para as medidas que entender cabíveis à espécie, tendo em vista a possível caracterização de ato de improbidade administrativa (art. 10, inciso IX, da Lei Federal nº 8.429/1992).

Entranhe-se, registre-se, certifique-se e encaminhem-se à Coordenadoria de Apoio Operacional do Ministério Público de Contas, visando à tramitação de praxe.

É o **PARECER** ministerial conclusivo.

Belo Horizonte, 19 de março de 2015.

**Marcílio Barenco Corrêa de Mello**

**Procurador do Ministério Público de Contas**

(Documento certificado e assinado digitalmente e disponível no SGAP/TCE/MG)